



TIME OUT
Business
& Leisure



A economia nas suas mãos
eco.pt

eco

Nº 7 • €6

Junho 2024

Diretor
António Costa
Diretora Executiva
Ana Marcela

Periodicidade
10 x ano

Edição
Verde

Capital

Um país atacado
pela seca,
mas ainda
sem estratégia

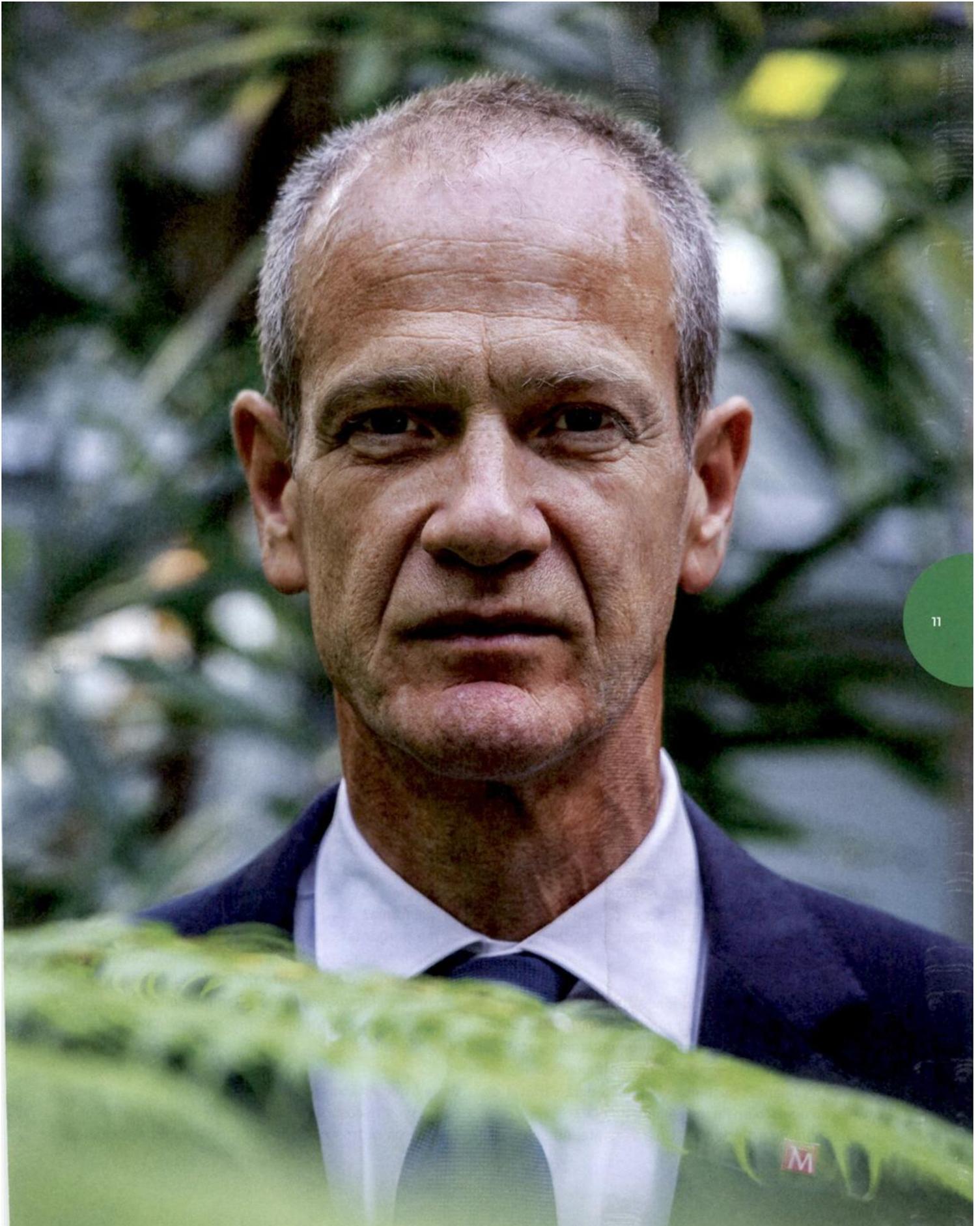
Chão de Fábrica

Prio. O óleo
que entra
no motor para
tirar emissões

MIGUEL MAYA

“A prioridade
do país deve estar
na resiliência
da água e da ferrovia”







LÍDER

"Hoje, há uma série de empresas em áreas que nós já não financiamos."

Uma empresa boa, com um grau de risco *top*, vem aqui propor um financiamento para fazer um novo forno ou uma nova parte de carvão. Está fora de questão, não fazemos, não fazemos."

as coisas bem para recuperarmos a credibilidade e a confiança das pessoas. Era preciso demonstrar à sociedade de uma forma clara que aquilo que estávamos a fazer não era a economia financeira é a economia real, e que havia um alinhamento completo dos nossos interesses com os interesses da sociedade.

A partir desse momento, começámos, mais cedo do que os outros, a apresentar os planos de sustentabilidade, a falar de sustentabilidade, a ter práticas e códigos internos que alinhavam o comportamento das pessoas com aquilo que é o interesse comum. Hoje essa imagem está adquirida pelo mercado. Temos imensas coisas a melhorar, mas há uma noção de que o BCP hoje só pode ser um banco bom se servir os clientes. Ou seja, não estamos do outro lado, estamos exatamente do mesmo lado.

Uma dimensão da sustentabilidade diz respeito às mudanças de práticas internas do próprio banco, mas há outra dimensão, de cariz regulatório, que impõe mudanças no serviço ao cliente e especialmente no financiamento ao cliente. As finanças sustentáveis já são uma variável de avaliação de risco no financiamento do BCP?

Diz bem, há duas vertentes. Uma vertente, que é nossa,

tem a ver com aquilo que queremos para o BCP e essa não nos é imposta nem resulta de regulação. Tem a ver com como queremos posicionar o BCP perante a sociedade. Não tem nada a ver com força. Depois há uma segunda vertente, um movimento de fundo que acelerou muito nos últimos anos, muito a reboque da transição climática. Infelizmente, os temas de ordem social ainda têm alguma gravidade, mas na Europa não têm a mesma dimensão, pelo menos diretamente nas empresas, depois podem ter nas cadeias de fornecedores, mas o motor foi o tema das alterações climáticas. E aí houve um pendor regulatório muito, muito, muito forte.

Da parte de quem?

Tem havido uma preocupação muito grande do Banco Central Europeu (BCE), aliás, diria que temos um pendor até mais rápido e mais exigente da parte do Banco Central do que da própria Comissão Europeia.

Onde se mede isso?

Se analisamos as exigências de reporte, por exemplo, para as PME, só estamos a falar lá para 2026, quando, do ponto de vista do regulador bancário, já nos exigem, a nós, bancos, obter essa informação das próprias empresas, acabamos por estar a fazer um papel quase de *proxy* para fazer...

Essas exigências do BCE são excessivas?

O tema é muito focado na parte de transição climática e na parte de *governance*. Eu não gosto de dizer que é antes do tempo, mais cedo... É um tema sério e, por isso, não ganhamos nada em pormo-nos do outro lado, em dizer que há um ou outro fio que está com maior atenção. Nessa matéria, o que poderia ser diferente era ter em consideração as especificidades de cada país.

De que forma?

Se me perguntar como cidadão, em Portugal, o principal risco não é o tema dos riscos de transição, mas os riscos físicos. O contributo de Portugal para a transição, que é claramente um tema importante, é bastante reduzido... há cinco países que representam mais de 50% das emissões.

Onde é que estão os nossos riscos?

Os nossos riscos... Temos a consciência e a sabedoria de que os outros não vão cumprir com os prazos que



LÍDER

“O greenwashing assusta-me bastante. Faz-me lembrar há uns anos quando se dizia, inclusivamente na banca, que o fim do extrato era por causa do papel e das árvores.

É melhor falarmos todos olhos nos olhos e de forma franca, o tema tinha muito mais a ver com poupança, não com a preocupação ambiental.”

estão previstos e, portanto, Portugal é um *outlier*, logo, vai ser dos que mais vai sofrer dos riscos físicos. Toda a capacidade do sistema financeiro em Portugal deveria estar muito mais focada no reforço da resiliência...

Porquê?

Já sabemos que o mundo como um todo, e com esta segregação de blocos, dificilmente vai cumprir as metas [das emissões], não é? E, portanto, podemos fazer o trabalho todo bem feito, 100% bem feito em Portugal, vamos ser fortemente impactados ao nível da resiliência. Quando falo da resiliência, falo, por exemplo, do tema da água. Deveríamos estar muito mais empenhados, em ter muito mais iniciativa... O que é que a banca portuguesa e os portugueses estão a fazer para nos protegermos do ponto de vista da água...

Ou da falta dela...

...o tema dos transvases, o tema da dessalinização. obviamente, há outros países que não, muito industrializados e com indústrias privadas, com um impacto muito grande, sim, na transição, e nesses países deveriam ter uma abordagem diferente. A única coisa de

que me queixo um bocadinho é o princípio do *one size fits all*, um rolo compressor que trata tudo da mesma forma, quando a preocupação deveria ser outra... Dito isto, não desvalorizo em nada os riscos de transição, e este trabalho que está a ser feito é um trabalho que tem que ser feito, por estamos a trabalhar também nesse sentido.

Mas como é que esses riscos estão a ser uma variável na avaliação do financiamento?

Estes riscos já estão claramente a ser incorporados dentro da estratégia do banco, por dois eixos. Em primeiro lugar, queremos estar alinhados com os interesses da sociedade e, por isso, temos de ser uma parte ativa na mitigação desses riscos, esse é um propósito, e seria suficiente. O segundo é porque, efetivamente, a qualidade da nossa carteira de crédito e de colaterais de crédito vai sofrer se não acompanharmos a evolução dos nossos clientes. De repente, podemos acordar e, se não fizermos nada, e os colaterais, afinal, estão desvalorizados ou aquela empresa deixou de ter condições para ser competitiva no mercado. É do próprio interesse do banco incorporar na decisão, na monitorização e no acompanhamento do crédito... Isso já está a ser feito. Quando estamos a decidir o *rating* de um cliente, já incorporamos uma componente de finanças sustentáveis... atualmente, não é para o futuro, já o fazemos. Obviamente, as empresas de maior dimensão e aquelas que são obrigadas a reporte têm um peso superior às pequeníssimas empresas, mas já hoje temos isso em consideração mesmo na própria aceitação de colaterais. Na política de crédito, por exemplo, a certificação energética das casas já não é irrelevante na decisão do crédito. Isto não é futurologia, é uma prática. Agora, ainda não está em fase de cruzeiro? Não, não está. Estamos todos a aprender. O que é que falta?

É isso, o que é que falta?

Eu explico: Como as empresas, as médias empresas não são obrigadas a fazer *disclosure* ainda, o que acontece é que vários bancos fazem perguntas diferentes, porque não há um alinhamento daquilo que é importante. Portanto, a plataforma de SIBS ESG para recolha desta informação, com autorização expressa do cliente, permite que fique disponível para todos os bancos, começa a criar condições para que toda a banca possa dispor de



uma central de riscos do ESG, como dispõe de uma central de riscos de crédito. O momento crítico, o dia D, será o dia em que as empresas sejam obrigadas a fazer esse reporte legalmente e, portanto, há aqui uma transição até 2026, mas 2026 é amanhã.

Por um lado, é preciso estabilizar a chamada taxonomia, a informação e respetivo significado para os bancos e para as empresas. Depois, o BCE tem em 2024 um ano relevante para impor mudanças, certo?

Há exigências de reporte, e havendo temos de recolher mais informação, e não é só isso. Estão permanentemente a avaliar-nos, os progressos, tivemos que apresentar um plano, há um acompanhamento do próprio BCE da implementação do plano do BCP para lidar com estes temas. Há uma evolução grande, [mas] volto a dizer que é muitíssimo forte nas empresas grandes que estão obrigadas a reporte e nas outras...

...a duas velocidades?

Eu não sei se é mau que seja. Verdadeiramente, as empresas mais poluentes são seguramente as grandes empresas no contexto atual e, portanto, vivo bem com isso. Estou mais preocupado com aquela diferenciação

entre os riscos físicos e os riscos de transição do que propriamente com esta pressão de nos prepararmos e de construirmos toda a infraestrutura para gerir os riscos, que me parece um tema muito importante para a forma como o financiamento vai ser direcionado para a economia.

As empresas portuguesas estão preparadas para estas exigências?

Ao contrário da maioria das pessoas e do que vejo muitas vezes escrito, hoje o tecido empresarial está muito melhor preparado para lidar com estas coisas, hoje temos gente de qualidade nas pequenas e médias empresas. Só ter quadros qualificados nas grandes empresas não é verdade. Hoje já encontramos um nível de qualificação bastante robusto em pequenas empresas. Houve uma mudança muito forte da estrutura empresarial de Portugal desde a intervenção da *troika*. Acho que houve um forçar do rigor...

Também há uma mudança geracional.

Houve sobretudo uma aprendizagem com uma crise. As empresas estruturaram-se muito melhor, começaram a



LÍDER

planear muito mais, começaram a ter que trabalhar com o mercado externo, e houve imensa gente que chegou ao mercado de trabalho, a tal mudança geracional.

A banca já tem indicadores de sustentabilidade, como os de capital e de liquidez.

Claro que sim.

Como é que o BCP mede isso?

Há instrumentos internos de acompanhamento que têm incluído já oito indicadores, não vou dizer quais são...

Mas são indicadores gerais de mercado, comuns a todos os bancos? Poderiam ser seis ou dez?

O risco é nosso, é definido por nós, [depois] é visto pelo Banco Central Europeu e se acha que não é adequado ao banco, diz-nos.

Mas não há um indicador como o indicador de liquidez ou de capital que os bancos têm de cumprir?

Há, mas são indicadores num sentido evolutivo. O Green Asset Ratio (GAR), nos valores divulgados pelos bancos, é ainda muito baixo.

No BCP, qual é o peso do financiamento verde?

É de 2,9% [em percentagem do crédito concedido]. O que é que isto quer dizer? Temos aí um problema? Não temos problema nenhum, porque o numerador só tem os créditos que estão absolutamente de acordo com a taxonomia e o denominador tem todo o crédito.

Esse indicador é comparável entre bancos? Um analista poderá retirar conclusões fiáveis sobre o caminho que estão a fazer nas finanças sustentáveis?

Este indicador é comparável entre os bancos, e se um banco for um *outlier* completo, diria que alguma coisa está mal, para cima ou para baixo. De resto, para mim é muito mais importante ver a evolução, o que temos que perceber é como estes 2,9% vão estar nos próximos seis meses, um ano, dois anos. Isto tem que ter uma curva com um declive bastante, bastante acentuado.

Os bancos podem deixar de financiar empresas que não são ditas verdes?

Os bancos podem e estão a fazê-lo. Hoje, há uma série de empresas em áreas que nós já não financiamos. Uma empresa boa, com um grau de risco *top*, vem aqui pro-

por um financiamento para fazer um novo forno ou uma nova parte de carvão. Está fora de questão, não fazemos, não fazemos.

Isso faz sentido? Uma empresa sólida...

Faz. Vou dar dois casos concretos. Vem aqui uma empresa do petróleo e o BCP financia, porque o que vai financiar é a transição energética. Ou no cimento. Está a fazer um processo que é claramente um processo de transição, o BCP financia. É um setor que não é verde, mas financiamos porque estamos a contribuir para a transição. Segundo caso: Vem aqui uma empresa que não está num setor desses, está num setor até bastante normal, pouco poluente, mas vem com uma tecnologia altamente poluente, com uma determinada máquina ou equipamento. Aí não financiamos. Isto não é o que vai acontecer, já hoje acontece. No caso do crédito à habitação é a mesma coisa, no caso da promoção imobiliária, é a mesma coisa.

Os instrumentos financeiros para financiar a transição são os adequados. É preciso outros?

A questão não está nem vai estar nos instrumentos financeiros. Portanto, acho que os instrumentos financeiros são instrumentos são isso mesmo, são instrumentos.

Mas é preciso haver oferta de produtos adequados a esse perfil de investimento.

É preciso, mas repare, o tema do *greenwashing* assusta-me bastante. Faz-me lembrar há uns anos quando se dizia, inclusivamente na banca, que o fim do extrato era por causa do papel e das árvores. É melhor falarmos todos olhos nos olhos e de forma franca, o tema tinha muito mais a ver com poupança, não tinha propriamente a ver com a preocupação ambiental. É bom falar de verdade, porque se não falarmos todos de verdade, se não falarmos verdade, as coisas não vão correr bem. O instrumento financeiro não é aquilo que faz a diferença, o que faz a diferença é a finalidade do crédito, a utilização que vai ser feita do crédito, é perceber se aquele crédito vai ser utilizado para A, B ou C. E depois a gente pode dizer que está bem. Depois, sim, podemos classificá-lo como financiamento verde, é o financiamento verde porque o que está a financiar é a transição e é verde. É nesse sentido que está a mudança, não é ter o *label*...



LÍDER

**“Qual é o grande risco?
É o financiamento passar
da banca, que é bastante
regulada, bastante escrutinada,
para os *shadow banks*. (...)”**

O grande desafio aqui é garantir
que as coisas não passem
para fora do sistema.”

...Hoje, vê-se um conjunto de emissões de obrigações verdes...

...mas o ‘verde’ é o propósito. A única coisa a que nos obrigamos é que, quando concedemos esses financiamentos, a empresa tem de respeitar determinados fins e obrigamo-nos a monitorizar a utilização dos fundos para que estejam a ser utilizados efetivamente para aquilo que lhe permitiu ser apresentado ao mercado como um financiamento verde.

Como a banca monitoriza e garante o propósito desses financiamentos?

Quando falamos na evolução da banca nos últimos anos, a maioria das pessoas diz que somos mais prudentes na concessão de crédito. E eu permito-me dizer que onde a banca evoluiu mais não foi na concessão de crédito. Evoluiu muito, mas fez muito mais no acompanhamento, na monitorização, ou seja, a forma como hoje passámos de conceder o crédito para o acompanhamento do crédito...

Mas como é que isso se faz?

Com presença local, com conhecimento, relatórios,

acompanhamento dos planos de negócio. Portanto, as empresas dizem que os bancos lhes pedem imensa coisa, os bancos querem planos de negócios... Porque queremos fazer o acompanhamento do crédito. Nós, no BCP, gerimos um ativo de 90 mil milhões de euros e isto implica a capacidade de acompanhar os riscos destes ativos. Há muita tecnologia, e há muita proximidade.

Do ponto de vista de quem financia a economia verde, quais devem ser as prioridades das políticas públicas para essa transição?

Para mim, como português, as prioridades deveriam estar no reforço da resiliência. Essa, claramente, é a prioridade. Não sei, e tenho dúvidas, que sejam matérias de natureza fiscal a mudarem os comportamentos. O próprio sistema financeiro vai introduzir esse padrão de exigência. Ao não financiar ou ao reduzir o financiamento...

Ou a torná-lo mais caro?

Aqui, vai ser muito binário. Mais do que preço, há aqui uma fase de transição, mas há um momento em que vai ser ‘sim’ ou ‘não’ ao financiamento, com um grande risco.

Qual?

Entro aqui na resposta à sua questão, e de uma forma que não era provavelmente a forma como estaria à espera. Qual é o grande risco? É o financiamento passar da banca, que é bastante regulada, bastante escrutinada, para os *shadow banks*. Se vir o crescimento do financiamento em termos mundiais, o bancário até a cair ligeiramente, o mercado de capitais também, há menos empresas cotadas do que no passado e, de repente, vê os *shadow banks* com um crescimento exponencial. Portanto, o grande desafio aqui é garantir que as coisas não passem para fora do sistema.

Isso também é uma responsabilidade da banca, porque se o mercado está à procura desse financiamento, é porque a banca e o mercado de capitais não estão a cumprir as suas funções.

Não, está enganado. É pelo tema do *level playing field*. Temos custos de regulação, somos regulados, e ainda bem que somos, [mas] temos custos de regulação, temos obrigações de reporte. E se houver ao lado alguém que não tem nenhum custo de regulação...



Mesmo assim, a regulação não é excessiva?

Eu estou alinhado com o propósito de transformar a sociedade. Isto não é um jogo de ver quem chega lá à frente, e ver quem chega à frente cumprindo as regras. Se fosse um jogo sem regras, não era aqui que estava. Mas eu não quero estar a jogar um jogo sem regra porque um jogo sem regras não é bom para a sociedade. O que gostaria de ver da parte dos reguladores e do poder político era uma preocupação grande para que não se permita que os *shadow banks*, de repente, ocupem um espaço... A gente não está a ver e julga que não existe... Vale a pena olhar para aquilo que tem sido o crescimento dos *shadow banks* versus o financiamento bancário regulado, e isto não tem nada a ver com a capacidade do sistema. Nunca a banca teve tanta liquidez, nunca a banca teve tanto capital...

... E os rácios de transformação...

...estão maus, baixos, com pouco negócio para a banca. E porque é que não fazemos mais negócio? A questão é exatamente essa. Embora a procura de crédito tenha caído, a política monetária tinha o objetivo de arrefecer a economia não de a aquecer, mas a outra parte é ter

mos o cuidado com o facto de haver reguladores e poder político a dizer 'como não vemos [os *shadow banks*], isto não existe. Não, não, isto existe.

Também no mercado português?

Existe, existe. E no mercado como os EUA, até no crédito à habitação. Portanto, é preciso ter um cuidado enorme de forma a garantir que há regulação, transversal, e essa é a única forma que há uma evolução efetiva, senão a única coisa que estamos a dizer é que há uma pequena parte do financiamento que é correta, entretanto, caldeia tudo para o lado, começa tudo a funcionar mal ao lado e, de repente, acorda e temos uma crise que obviamente bate em todos. O que é que isto tem? Transparência. Uma das coisas mais relevantes neste processo de transição é a *disclosure* da informação, é a transparência da informação para o mercado. Do ponto de vista do poder político, a grande preocupação é ter uma visão de conjunto, holística, e não uma visão muito fechada. É preciso perceber as consequências e, portanto, ajustar o ritmo da regulação e trazer para dentro da regulação todos os operadores que têm responsabilidades.



"Gostaria de ver da parte dos reguladores e do poder político uma preocupação grande para que não se permita que os *shadow banks*, de repente, ocupem um espaço...

(...) Vale a pena olhar para o crescimento dos *shadow banks*. Não tem nada a ver com a capacidade do sistema. Nunca a banca teve tanta liquidez."

Face aos objetivos de transição definidos, globais e não apenas para a banca, quais são as prioridades do BCP dos próximos 12, 24, 26 meses?

Há um trabalho que está bastante maduro, era a preparação do banco para poder tratar a informação, estamos organizados para tratar a informação na nossa matriz de análise e decisão toda esta problemática. E esse trabalho está feito. Agora, estamos a entrar numa segunda fase, que é começar a conseguir, com granularidade, recolher estes dados dos clientes. Primeiro, são as maiores empresas, aquelas que têm um maior impacto, e isso já está normalizado, o segundo passo é como recolhemos informação das médias e pequenas empresas.

Qual é a dificuldade a esse nível?

A primeira dificuldade com que nos deparamos é que uma pequena empresa, trabalha com três, quatro bancos e um pede uma coisa, o outro banco pede outra... O cliente-empresa, às tantas, diz "desculpem lá, eu tenho de trabalhar, não me chateiem, porque eu só tenho que fazer isto uma vez e para todos". O que é que o sistema fez? Mais uma vez, acho que a banca portuguesa foi inovadora. Desde que o cliente autorize, vamos criar com a

SIBS um modelo de recolha de informação e tratamento para todos os bancos, mais uma vez desde que o cliente autorize. E isto facilita imenso. Mas não é para poupar a banca, ao contrário do que as pessoas poderão estar a pensar, não é para retirar trabalho aos bancos, é pela sensação de que é um incómodo perguntar seis vezes a um cliente a mesma coisa, com perspetivas diferentes. No dia em que as empresas tiverem, todas, a obrigação de report, essa informação aparecerá como aparecem as contas. Isto é tecnologia, muita tecnologia. A partir daqui, não é tecnologia, é criar empatia, a confiança necessária para que o conselho do banco possa ser, depois, acolhido e utilizado para fazer a transformação da própria empresa. E o nosso interesse é o interesse do cliente, é garantir que o crédito vai ser pago e que a empresa gera os necessários *cashflows*, e isso é do interesse da empresa. Esta vai ser a fase talvez mais difícil.

Quanto tempo esta fase poderá demorar?

Eu diria que três anos, mas três anos não é nada, passam a voar. Vão ser três anos muito interessantes Mas volto a dizer, o tema central deve ser a resiliência. Estou preocupado em Portugal...

Um dos temas é a água. Quais são os pontos críticos dessa resiliência?

O tema da água é claramente aquilo que considero central. O tema é até o da distribuição da água no espaço e no tempo, ou seja, ao longo do ano. E há um tema de recolha, para que a água não seja desperdiçada e chegue ao mar, capacidade de retenção de água. Depois, os transvases, porque temos algumas zonas do país com água e outras com muitos problemas. Depois, há o tema da dessalinização, como se faz por exemplo em Israel e a capacidade tecnológica que tem para aproveitar a água. E há, claro, a própria forma como utilizamos a água, evitar ou diminuir as fugas. Outra questão que me parece essencial é todo o investimento na ferrovia. Portugal atrasou-se no tema da ferrovia, quer na alta velocidade, quer nas mercadorias, quer no transporte urbano, que tem uma importância enorme, por exemplo, para que se resolva o problema da habitação. É preciso criar infraestruturas, isto é, não podemos pôr mais carros nas cidades, o que temos de ter é a ferrovia. Portanto, a água e a ferrovia são talvez os dois pontos que podem ter um maior impacto naquilo que é a transformação de Portugal do ponto de vista da resiliência. €